



## **DEPENDÊNCIA E MOBILIDADE: IMPACTOS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO MERCADO DE TRABALHO DO CAPITALISMO AVANÇADO**

Marcelo Figueiredo Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Os processos de inovação tecnológica assumem outro parâmetro de desenvolvimento econômico com o avanço do capitalismo financeiro. O crescimento econômico dos Estados nacionais num mundo em que o capital é mais volatilizado passa a depender intensamente do expandir da fronteira tecnológica, numa ação combinada entre inovação e formação educacional que modifica os limites do trabalho e, consequentemente, da vida social do trabalhador. Nesse sentido, a técnica, no atual estágio do capitalismo, tem transitado cada vez mais de sua característica de meio (ferramenta) de interação com a natureza para assumir-se como um fim (trabalho intelectual). Tal movimento torna-se evidente nos processos de desenvolvimento de Inteligência Artificial. Um salto evolutivo que força os limites do trabalho no contexto do desenvolvimento nacional, já atrelado a formas tradicionais de sociabilidade, e deprimindo o que se chama de produtividade, força motriz do crescimento econômico num mundo globalizado. O conflito para a ordem social entre forças dinâmicas e estáticas se atualiza num mundo bipartido entre formações sociais “arcaicas” e “ultramodernas” em que a tradicional dominação hierárquica assume os contornos estruturais do capital global. Nesse contexto, dependência e mobilidade são expressões ideológicas que ganham novo significado no mundo do trabalho do capitalismo avançado, e reatualiza o conflito capital/trabalho transpassando-o pelo conservadorismo. Sendo assim, busca-se neste artigo apontar algumas das características históricas que se impõem à sociedade do trabalho no século XXI, sobretudo em termos dos processos educacionais, e desigualdade de renda.

**Palavras-chave:** Trabalho. Ideologia Econômica. Inovação Tecnológica.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: mafis100@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A visão apocalíptica, quando não francamente distópica, de um mundo do trabalho comandado por máquinas cada vez mais complexas, substituindo então os braços dos trabalhadores, e consequentemente roubando-lhes seus empregos, está diretamente relacionada em sua configuração produtiva às mudanças tecnológicas advindas com o período da Revolução industrial. Talvez nenhuma outra passagem ou episódio histórico seja mais ilustrativo do conflito na base do sistema produtivo do moderno capitalismo do que aquele do qual deduzimos o termo *ludismo*.

Símbolo da aversão à automatização tecnológica e mecanização do trabalho, o *ludismo* expressaria antes de tudo o conflito dois mundos: aquele fixado pela tradição artesanal do trabalho e o novo mundo do capital apoiado na tecnologia como ganho de produtividade.

Sua mais perfeita tradução se revela no dramático episódio da quebra de fiadeiras e teares automáticos, patrocinada pelos assim então denominados, ou autodenominados *Luditas*. No condado de Nottingham, Inglaterra, em 1811, grupos organizados de trabalhadores afetados pelas mudanças econômicas passaram a promover de modo clandestino a quebra de máquinas nas indústrias têxteis da região e agir politicamente com ameaças aos detentores dos meios de produção locais.

Uma verdadeira pré-história do conflito ideológico que a partir dali se desenrolaria entre os defensores da alta produtividade como caminho seguro para melhoria das condições de vida e crescimento econômico e aqueles para os quais os impactos na desagregação social não podem ser mensurados apenas nos termos da riqueza gerada.

Hoje, a uma distância segura de dois séculos, defensores inveterados do liberalismo econômico veem tal fato histórico como não mais que uma profecia que não se concretizou. Para esses, o *ludismo* não passaria hoje de um truísmo amparado politicamente por disputas sindicais e influência de corporações anacrônicas. Seria certamente para seus opositores uma inversão perversa de foco econômico, uma vez que a política não é uma boa conselheira da liberdade econômica.

Gary North (2013) chama-a de 'lógica da guilda'. Ou seja, o espírito de corporação com o qual o *ludita* moderno, ao defender primariamente os direitos do trabalhador demitido num contexto de mudança tecnológica, superpõe a lógica do produtor às garantias de liberdade econômica dos consumidores. Tal visão radicaliza a distância ideológica entre política e economia, entre Estado e capital, propugnada pelos seus defensores, e a atualiza a partir da perspectiva da lógica da oferta e demanda.

O que há de novo nessa visão talvez seja que revitalize os velhos preceitos históricos da filosofia econômica liberal, forjados desde o século XVIII, agora amparada na defesa da garantia de liberdades individuais identificadas com o consumo. Tal filosofia econômica é colocada de forma bastante direta, e sincera, pelo mesmo Gary North:

Why should we criticize customers in the name of the displaced worker, when the displaced worker is now in a position to serve different customers by producing different services, when these are the services that the customers want? Why is it that we should defend the lifestyle of the worker who can no longer compete with a lifeless machine, and do so at the expense of the customer? (NORTH, 2013)

A questão de fundo envolvida, e não resolvida, nessa reatualização da ideologia econômica liberal está resumida perspicazmente por Pierre Bourdieu ao descrevê-la a partir da crítica aos teóricos da Escola de Chicago. Para o sociólogo francês, estes “[...] fundamentaram seus esforços para reabilitar o mercado [...] na identificação do mercado com a liberdade, fazendo da liberdade econômica a condição da liberdade política” (BOURDIEU, 2005, p.21). Chegamos assim ao centro do desconforto econômico contemporâneo.

A cisão entre política e economia, com raízes históricas na desagregação de um mundo onde a riqueza era essencialmente imobiliária, atrelada à terra, parece estar assumido outro patamar na era do capitalismo avançado, do capitalismo financeiro. E a inovação tecnológica tem dado um suporte incomum a essa forma de ideologia econômica.

Suas implicações, contudo, vão além da mera alteração da dinâmica do mercado de trabalho. A rearticulação do discurso da liberdade econômica em conflito com a política tem se amparado fortemente nos aspectos da inovação

tecnológica, agora aliado ao capitalismo financeiro, de modo a forjar um novo respiro ideológico em que o inimigo passa a ser identificado com o Estado, sobretudo aquele cuja organização política se fundamenta no século XX, o Estado de Bem Estar. Entretanto, esse mesmo discurso oferece poucas respostas à crescente desigualdade e concentração de renda como tendência no capitalismo atual.

Assim, busca-se nesse artigo problematizar como essa nova ideologia econômica é perpassada por um vezo de conservador que ameaça, sob o pretexto de purificá-lo, desestabilizá-lo em seu aspecto francamente democrático. Na verdade, um novo tipo de conservadorismo cujo principal perigo reside justamente no risco da perda daquilo que o capitalismo clássico poderia oferecer de mais democrático: mobilidade social. As respostas oferecidas pelo liberalismo conservador radical põe em risco se não talvez o próprio sistema, porém as próprias garantias ideológicas que sempre sustentaram o capitalismo como um modo de produção de esperança na mudança de vida de populações inteiras.

Os temas da mobilidade e da dependência, como veremos, deixaram sua clássica associação à sociedade civil e passaram nessa nova ideologia a ser travado pela crítica conservadora ao Estado. Estranhamente, os polos trocados dos valores do conservadorismo econômico perigam assumir a lógica da guilda tão criticada ainda que amparado em inovações tecnológicas.

## **1. MOVIMENTOS CONTRADITÓRIOS**

O principal argumento com o qual o neoconservadorismo tem sustentado a crítica ao papel intervencionista do Estado na economia baseia essencialmente nas evidências demonstradas na série histórica de dados sobre crescimento da produtividade e consequente elevação do padrão de vida médio em países desenvolvidos nos últimos dois séculos. Não há muitas dúvidas sobre o papel desempenhado pela inovação tecnológica nesse processo.

Entretanto, algo mais parece estar envolvido na questão para além do ganho de produtividade com as conquistas tecnológicas e a supremacia da lógica do consumo sobre o bem estar social. Como nos lembra o economista norte-americano

Paul Krugman (2013), por volta do ano 2000, uma nova tendência de crescimento da desigualdade de distribuição de renda na razão capital/trabalho começou a ganhar forma preocupante, particularmente nos Estados Unidos, mas com viés mundial, dado que revertia o longo período de estabilização na queda da taxa de desigualdade após a Segunda Guerra. Segundo o autor, “the distribution of income between labor and capital — between wages and profits, if you like — had been stable for decades. Since then, however, labor’s share of the pie has fallen sharply” (2013).

A resposta padrão até então oferecida pelo *mainstream* da teoria econômica nos dizia da forte demanda exigida pelas mudanças tecnológicas por trabalhadores com maior qualificação contra trabalhadores com menor qualificação. Seria então uma questão de mudança de padrão tecnológica em que o recurso humano ainda não estava adaptado. O componente educacional estaria assim na base da diferença de renda. Contudo, afirma o mesmo Krugman (2013), mais recentemente, ambos os trabalhadores altamente qualificados como os de menor qualificação tem tido a mesma possibilidade de sofrer com a desvalorização e o desemprego frente a essas tecnologias.

A expressão usual no contexto dos debates econômicos para se referir à desigualdade de renda e aos impactos no mercado de trabalho com maior sensibilidade à mudança de paradigma tecnológico é *skill-biased technical change*. O que reforça a concentração das respostas ao problema nos aspectos de investimento em maior qualificação. Entretanto, o que essa formulação revela nas entrelinhas é a já conhecida insistência nos mecanismos supostamente virtuosos da livre concorrência, e que mal encobrem sua abertura para a intromissão do discurso conservador.

A SBTC (*skill-biased technical change*) é o tipo de hipótese com a qual os economistas se sentem confortáveis: é apenas oferta e procura, sem nenhuma necessidade de trazer para a análise os tipos de coisas sobre as quais os sociólogos falam, mas que os economistas acham difícil de incorporar aos seus modelos, coisas como instituições, normas e poder político. [...] o aumento da desigualdade não é culpa de ninguém: é somente a tecnologia operando por intermédio da mão invisível (KRUGMAN, 2010, p.161).

O avanço rápido do desenvolvimento de softwares e de programas de inteligência artificial, não somente a já tradicional robótica e automação, e sua aplicação cada vez mais efetiva no mundo do trabalho de alta qualificação tem colocado em questão a crença no papel educacional como justificativa última da crescente diferença de renda.

Diante dessas novas evidências é que Paul Krugman lança a questão a ser enfrentada daqui a adiante: “Education, then, is no longer the answer to rising inequality, if it ever was (which I doubt)” (2013). Se o investimento alto em qualificação já não responde unicamente ao equilíbrio de um crescimento econômico com redução da desigualdade como ocorrera na segunda metade do século XX, então cabe a persecução de outras respostas.

## **2. RESPOSTA CONSERVADORA**

Embora não haja base empírica para se sustentar a afirmação da existência de uma resposta unificada de ação conservadora no panorama econômico atual, se tomarmos como exemplo os posicionamentos tomados pelo atual governo Donald Trump, – talvez seja sintomático que mesmo membros do Partido Republicano não deem suporte a suas decisões – fica bastante evidente que suas decisões se aproximam muito mais daquela “lógica da guilda” da acusação conservadora aos *luditas* contemporâneos do que a de um defensor do livre mercado. Suas vociferações contra imigrantes podem até ser confundidas com certo tipo de nacionalismo temporão, mas não disfarçam sua origem na força corporativa de seu eleitorado e, sobretudo, nos crescentes déficits comerciais.

Sua decisão recente de aumentar as alíquotas de importação do aço e alumínio contra a maioria de seus parceiros comerciais com a justificativa da segurança nacional não foi levada a sério pela maioria dos analistas sérios, ainda assim suas consequências podem apresentar impacto econômico de maior relevância justamente naquele grupo ardentemente defendido pelo liberal econômico conservador: o consumidor.

Nesse caso, os interesses do consumidor parecem ter menor apelo frente ao *lobby* da indústria do aço norte-americano. Seria o presidente Trump um *neo-ludita* a proteger os empregos dos trabalhadores afetados pela livre concorrência no cenário contemporâneo do comércio internacional? Como questão subsidiária, deve-se ainda levar em consideração seu esforço minar o sistema multilateral de negociação esvaziando a atuação da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Em contraponto, pensemos nos processos de inovação tecnológica financeira, *fintech*, em que as mudanças de padrão tecnológico têm favorecido o consumidor através do livre oferta e demanda, mesmo com impacto sobre o mercado de trabalho. Como apontou Rodrigo Zeidan, somente na China, “mais de 800 milhões de pessoas usam WeChat Pay”, e como consequência, “o sistema de pagamentos via celulares, a maior parte sem envolver bancos diretamente, movimentou cerca de 200 trilhões de yuans” (2018, p.19).

Resta evidente que o furo ao bloqueio do tradicional sistema bancário possibilita maior mobilidade econômica e social. Contudo, há ainda outro tipo de resposta conservadora dirigida à crítica ao papel do Estado que merece alguma atenção mais acurada. Especificamente nos Estados Unidos, sua ascensão nos anos 1960 coincide com o período de estagflação que se avizinhava e que na década seguinte implicaria no fim do sistema de Bretton Woods firmado nos escombros do segundo pós-guerra. Unindo-se à crítica filosófica do liberalismo econômico de matriz austríaca ao planejamento estatal, como um bloqueador dos processos individuais de inovação, o neoconservadorismo norte-americano avança numa pauta em que as próprias políticas públicas tornam-se uma questão de alocação de recursos, contra taxas progressivas, do que um imperativo de estabilidade do sistema capitalista. Caberia novamente se perguntar se a decisão recente do presidente Donald Trump de diminuir impostos do setor produtivo, sempre com o argumento da geração de emprego, não estaria mais próxima da ‘lógica da guilda’?

A nova lógica conservadora mira agora a formulação de políticas públicas no contexto de democratização política e econômica. Como foi dito anteriormente, temos aí a junção da filosofia econômica de matriz austríaca, com uma crítica ao papel intervencionista do Estado na economia com clara orientação nacionalista, um

tanto anacrônica ao nosso século. Bastante ilustrativo é artigo publicado em 2014 na bíblia da elite econômica, a revista Forbes, sobre o programa político introduzido no governo do democrata Lyndon Johnson (1963-1969) de combate à pobreza ('war on poverty').

Seus opositores deduzem, com pouco amparo empírico, que as consequências mais vistosas dos atos de expansão do Estado de Bem Estar no período das lutas por direitos civis, além de não atingir sua meta de diminuir a pobreza, teriam causado sérios transtornos de desagregação social. O que há de novo nesse discurso – se o há – é que ele mira não meramente num suposto fracasso econômico, seja manipulando dados brutos e tangenciando suas variáveis, seja projetando conclusões precipitadas, mas, sobretudo, condiciona a estabilidade social do sistema capitalista a uma suposta ação profilática social do individualismo econômico e sua mão invisível.

De modo bastante assertivo, o autor não tem dúvida em afirmar que o que tornou o programa uma catástrofe “social e humana” foi a criação de um “sistema perverso de incentivos” ao qual as pessoas se adaptaram (WOODHILL, 2014). Uma espécie de reforço negativo pavloviano.

Não satisfeito, o autor traça uma lista aterrorizante de “patologias sociais” geradas pelos bem intencionados políticos progressistas que expandiram o já moribundo Estado de Bem Estar. Entre outras, há a acusação duvidosa do aumento de “gravidez fora do casamento” (*unwed childbearing*), e consequente associação (derivada?) do aumento da criminalidade urbana aos “garotos sem pais” decorrente dos mesmos incentivos negativos do Estado de Bem Estar.

A bem da verdade, a alegação da adaptabilidade humana às necessidades naturais não são novas. No século XVIII, David Hume e todo um grupo de filósofos da época já identificavam a necessidade à indústria humana, mas de um ponto de vista negativo. Ou seja, o casamento da natureza com a nascente filosofia econômica do capitalismo abria caminho para o livre mercado como panaceia civilizacional. Somente sua ultrapassagem seria capaz de projetar o desenvolvimento. Até mesmo a Marx não escapou a associação, como se depreende da leitura do primeiro livro de O Capital (1867).



Culpa o autor ainda os progressistas de desconhecer a natureza humana forjada por séculos de adaptação. A passagem a seguir merece ser citada dada a clareza da conclusão lógica a que chega o autor sobre os perigos da desagregação social quando a presença do Estado tenta minimizar as desigualdades econômicas e sociais. Por que deveria o contribuinte ser penalizado pela irresponsabilidade do Estado progressista?

Children are programmed by evolution to rebel against their parents' control, and to seek to be independent. Prior to the welfare state, the only way for girls to escape the authority of their parents was to become economically self-sufficient, by getting a job and/or getting married. The progressive welfare state, especially after it was expanded by the War on Poverty, provided a third option for teenage girls seeking to get away from their parents' control: have a baby. As soon as a young, unmarried girl had a baby, she officially became a "poor family," and the government would force taxpayers to support her and her baby (WOODHILL, 2014).

Tudo leva a crer que, para os neoconservadores, quanto mais populações inteiras sejam deixadas à própria sorte, sem suporte do Estado – afinal por que os contribuintes devem financiar uma desigualdade que é natural? –, mais elas se adaptarão à lógica do livre mercado.

### **3. DESIGUALDADE CRESCENTE**

A julgar por recente artigo publicado na respeitadíssima revista *Nature*, o entrelaçamento entre avanço tecnológico e desigualdade tem uma pré-história concreta. Um *pool* de cientistas resolveu medir em sítios arqueológicos do período neolítico a variação do tamanho das habitações num período de mil anos antes da chegada da agricultura até os seis mil anos após a chegada da agricultura. Utilizando o índice Gini, ficou provado o aumento da desigualdade após a introdução de técnicas de domesticação de vegetais e animais e tecnologia agrícola que fizeram o índice aumentar. Tal descoberta reacende o debate de até que ponto a desigualdade está atrelada à tecnologia (REINACH, 2017).

Logicamente que o tipo de desigualdade no mundo do capitalismo financeiro obedece a outros componentes como veremos. Entretanto, já nos parece inegável que é a produção de excedente fruto do avanço tecnológico que funda a ordem política. Daí a considerar essa uma ordem natural é um salto ideológico que se fundamenta apenas no usufruto desse mesmo poder.

A questão é posta de forma clara por Jared Diamond em seu clássico livro **Armas, Germes e Aço** (2017). Ao estudar as sociedades polinésias, conclui que “em geral, quanto maior o tamanho e densidade [dessas sociedades], mais complexas e especializadas eram a tecnologia e a organização” (p.62). Numa descrição mais acurada do processo,

Pode-se dizer que em elevadas densidades populacionais uma parcela das pessoas era de fazendeiros, mas elas trabalhavam de tal forma na produção intensiva de alimentos que produziam excedentes para alimentar os que não o faziam. Entre os não produtores estavam os chefes, os sacerdotes, os burocratas e os guerreiros. As maiores unidades políticas eram capazes de reunir uma grande força de trabalho para construir sistemas de irrigação e reservatórios para peixes, intensificando ainda mais a produção de alimentos (DIAMOND, 2017, p.62).

O novo conservadorismo toma este aspecto histórico e reverte-o em uma ideologia da adaptação social agora numa conjugação de tradicionalismo e liberalismo econômico. Tal perspectiva a encontraremos em um representante local desse novo conservadorismo de base econômica. Em sua defesa de um conservadorismo liberal, Rodrigo Constantino tem procurado defini-lo apelando a conceitos aqui já discutidos e que remetem a essa nova tendência. Para este o conservadorismo apoia-se em um conjunto de valores que entre outros envolve o “foco nas virtudes atemporais desenvolvidas por nossos ancestrais”, a “defesa de uma aristocracia natural” e numa “profunda desconfiança da democracia igualitária” (2013, p.146). Talvez essa dicção esteja mais clara agora. Seu pano de fundo envolve o desarme da crítica à desigualdade como origem política.

O argumento econômico usual do novo conservadorismo diz respeito aos dados conjugados do acréscimo de produtividade e decréscimo da desigualdade média nos dois últimos séculos. Inegavelmente os processos de inovação tecnológica a partir da Revolução Industrial dão impulso à produtividade, o que teoricamente beneficiaria o aumento da renda média. Ainda assim, as respostas oferecidas pela crescente desigualdade nas últimas três décadas não estão dadas pelos mesmos que criticam a ação do Estado.

O francês Thomas Piketty associa esse novo crescimento da taxa de desigualdade a uma fórmula simples em sua abrangência: se a taxa de retorno do capital é superior à taxa média de crescimento então se dá concentração de renda. Para o autor, a relação capital/trabalho tem se deteriorado cada vez mais. E os processos tecnológicos não são tão determinantes assim. Para Piketty, “o volume de rendas que remuneram [...] diferentes formas de capital cresceu mais rápido do que o montante de rendas do trabalho” (2014, p.229).

Além do mais, reafirma o papel da política, sobretudo depois da segunda grande guerra mundial, em estabilizar a tendência à concentração de renda e crescimento da desigualdade. Não tem dúvida em afirmar que “não existiu qualquer força natural responsável pela redução da importância do capital e de suas rendas ao longo da história” (PIKETTY, 2014, p.228).

A taxa de retorno do capital num sistema econômico predominantemente financeiro periga tornar-se proibitiva para a sustentação das condições de possibilidade de mobilidade social, aspecto central do envolvimento democrático para desarmar o conflito distributivo, uma vez que “a marcha em direção à racionalidade econômica e tecnológica não implica, necessariamente, uma marcha rumo à racionalidade democrática e à meritocracia” (PIKETTY, 2014, p.228). E conclui de forma peremptória: “a tecnologia, assim como o mercado, não tem limite ou moral” (PIKETTY, 2014, p.229).

#### 4. PRECISAMOS NOVAMENTE FALAR SOBRE IDEOLOGIA!

O sistema capitalista é antes de tudo um sistema de crença. Uma profissão de fé no futuro, uma esperança sem a qual as distâncias sociais fatalmente jogará a sociedade num estado de anomia social e de crescimento econômico. Dessa forma, é lógico que o componente ideológico que o tem sustentado, e que foi definido ainda em sua fase heroica de sedimentação, no século XVIII, através de um arsenal filosófico em que livre concorrência se torna a condição de crescimento econômico, desempenha papel fundamental.

Para André Lara Resende, mesmo considerando a tese do francês Piketty correta, a concentração de renda a partir da taxa de retorno do capital sobre a renda do trabalho somente inviabilizaria a sociedade uma vez retirada essa possibilidade de mobilidade da riqueza, o que para ele não tem ocorrido senão “estaríamos assim fadados a voltar às sociedades estáticas e estratificadas, baseadas na herança e incompatíveis com a democracia” (RESENDE, 2015, p.30).

Toca-se aqui num ponto importante para a compreensão do novo movimento conservador na economia que tem se posicionado cada vez mais contra a política e o Estado e assumindo uma atitude de legitimação da desigualdade. Nesse ponto, relembra o papel fundamental no capitalismo da ideologia: “na democracia contemporânea, a desigualdade precisa ser vista como resultado da meritocracia, sem a qual a economia perderia dinamismo e todos seriam prejudicados” (RESENDE, 2015, p.30).

Mas o mais importante aqui é que o autor nos lembra da característica diferente da concentração da riqueza no mundo atual. Num tal contexto é que surgem as figuras incensadas como salvadoras do capitalismo financeiro: os empreendedores, os inovadores. O *mainstream* econômico os tem celebrados como a segurança de manutenção do sistema. Num ambiente cada vez mais congestionado pelo capital financeiro, de crescente concentração monopolística, seriam eles os oxigenadores do sistema, levando esperança de mobilidade socioeconômica.

O capitalismo financeiro contemporâneo [...] é feito para transferir o dinheiro dos rentiers para os empreendedores. Se esses

empreendedores são de fato criadores de riquezas, ou apenas agentes da transferência de riqueza, dos velhos ricos para os novos-ricos, é outra questão. De toda forma, no mundo onde a taxa de retorno do capital é superior à taxa de crescimento, a possibilidade de se fazer fortuna – ainda que só à custa das velhas fortunas – contribui para que a desigualdade seja mais tolerável (RESENDE, 2015, p.31).

A passagem é límpida em sua explicação da função ideológica da crença capitalista na mobilidade socioeconômica como fundamento da justificativa da desigualdade. Tal discurso se coloca claramente como uma reatualização do discurso filosófico sobre os benefícios da livre economia e do comércio, para a evolução da civilização como se configurou desde o século XVIII.

A tentativa de minimizar os efeitos da desigualdade crescente com uma filosofia da mobilidade encontra sua expressão inicial talvez numa passagem do verbete 'igualdade' do **Dicionário Filosófico** em Voltaire em que afirma: “ce n'est pas l'inégalité qui es un malheur réel, c'est la dépendance” (VOLTAIRE, 1994, p.240). A dependência se apresenta como mal numa sociedade em mudança constante. Naquele momento, já surpreendia o *insight* do escritor em perceber em que direção relações econômicas se estavam transformando, mas quando lidas hoje, suas palavras antecipam as tensões envolvidas na desagregação da sociedade aristocrática e que se refunda no novo conservadorismo.

O filósofo francês não podia prever o desenvolvimento geral do capitalismo nos próximos séculos, contudo o mais provável é que este fosse um sentimento compartilhado por uma época. Uma vez que a desigualdade econômica não mais pode ser justificada a partir de princípios hierárquicos, como em sociedades tradicionais, o empreendedorismo e a inovação devem assegurar o sentimento de esperança social na base das liberdades econômicas. Nesse sentido, não será difícil perceber como a crítica à dependência em tempos de capitalismo financeiro une-se à recente crítica neoconservadora à intervenção do Estado.

Um mercado global autorregulado impõe-se normativamente, mas, acima de tudo, desde os seus primeiros teóricos, almeja um predomínio moral, uma gramática econômica cuja lógica individualista recomponha o problema da ordem social. O que permanece inegavelmente intransponível é a forma filosófica de uma crença quase religiosa assumida pelo conjunto teórico conservador. Não é outro o motivo pelo qual

Karl Polanyi se referirá unicamente ao liberalismo como um credo à ética do *laissez-faire*. Na sua fórmula tratava-se antes da “salvação secular do homem através de um mercado autorregulável” (POLANYI, 2000, p.166).

Em complemento ao credo liberal do livre comércio, foi sendo gestada uma concepção de mobilidade social associada à projeção de realização dos anseios e necessidades individuais ligadas ao consumo. Assim, a mobilidade assume o caráter de consecução da liberdade para fugir do mal da dependência, base da dominação imediata, ao seja aquela não mais exercida pela força, mas pela sutileza ideológica. Liberdade de mobilidade espacial (a lógica do turismo?), mas também mobilidade social – a mudança de classe social não dependeria tão somente de nossos méritos e esforços? Pensemos ainda na mobilidade profissional, mobilidade afetiva, por que não?

Este ideal, amplo demais para permanecer circunscrito a uma ética econômica, parece nos apontar para uma consequência moral mais definidora de nossa época. A desigualdade não é mais o mal a ser combativo, mas a dependência que se quer fraqueza moral. Quando moralizamos o debate político corremos o risco de nos perdermos no labirinto da ideologia econômica conservadora. A garantia da política contra o arbítrio da força econômica é certamente ainda um caminho mais seguro para uma sociedade equilibrada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Que pode Hermes perante o *Crédit Mobilier*?” era a pergunta retórica feita por Marx na famosa **Introdução à Crítica da Economia Política** redigida em 1859, portanto há poucos anos da fundação do banco de crédito mobiliário francês ao qual faz referência. A criação em 1852 pelo governo francês da *Société Générale du Crédit Mobilier* simbolizava a vitória do rentismo e a força da aliança entre política e mercado na fase heroica de expansão global do capital.

A Marx não escapou a metáfora demasiado concreta da associação do deus grego Hermes do mundo antigo à forma volátil do capital na era moderna. Seguindo a definição elaborada por Umberto Eco, Hermes “é volátil e ambíguo, é pai de todas

as artes, mas também o deus dos ladrões. [...] o deus não conhece limites espaciais e pode, em diferentes formas, estar em diferentes lugares ao mesmo tempo” (ECO, 2005, p. 34).

A mobilidade do capital, força econômica a revolver a base da sociedade, transmuta-se em força ideológica de organização da sociedade moderna fortemente baseada na separação entre rendimento do capital e rendimento do trabalho. Entretanto, a crescente desigualdade de renda no seio da sociedade põe em questão a sustentabilidade em longo prazo desse modelo de crescimento econômico em que a produtividade se torna menos determinante que os papéis financeiros que se projetam sob a denominação metonímica de mercado. É provável que o maior perigo para a sociedade atual seja a radical separação entre política e economia representada na crescente influência das forças de mercado sobre os mecanismos de distribuição da riqueza social.

Às vésperas da agudização da crise econômica mundial de 2008, que se fez acompanhada pela quebra do *Lehman Brothers*, o filósofo Jürgen Habermas concedeu uma entrevista ao semanário alemão **Die Zeit**. Entre perplexo e apreensivo com as consequências do terremoto econômico para o equilíbrio político dos governos nacionais, sobretudo na zona do euro, o professor reconduzia a discussão para o dilema contemporâneo da cisão entre política e economia no ambiente de um mercado autorregulado num mundo globalizado. “A política se torna irrisória se ela moraliza em vez de apoiar-se no direito de coerção do legislador democrático. Ela, e não o capitalismo, é responsável pela orientação do bem comum” (HABERMAS, 2012, p.109), argumentou.

O novo movimento conservador, sobretudo em sua matriz norte-americana, ao insistir na defesa da tese do *trickle down* (gotejar, no sentido neoliberal de que o enriquecimento dos mais ricos beneficiaria toda a sociedade) associada em nível estatal com a política de austeridade fiscal para países em desenvolvimento, periga forjar uma radicalização dos discursos políticos capazes de inviabilizar a retomada de uma nova queda histórica da desigualdade de renda no mundo.

Mas principalmente a moralização do discurso econômico e político pode trabalhar para anular a mais eficaz arma ideológica de sustentação do capitalismo

em bases mais civilizadas, o caráter democrático da possibilidade de mobilidade socioeconômica para comunidade inteiras historicamente excluídas do processo.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. In: **Revista Política e Sociedade**, São Paulo, nº06, abril de 2005, p.15-57.

CONSTANTINO, Rodrigo. O conservadorismo pela lente de um liberal. In: **Dicta & Contradicta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Paulo: IFE, nº 10, julho de 2013, p.144-153.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço**: os destinos das sociedades humanas. 19º ed. Rio de Janeiro: Ed.Record, 2017.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Depois da bancarrota. Uma entrevista. In: **Sobre a constituição da Europa**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 109-124.

KRUGMAN, Paul. **A consciência de um liberal**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.  
KRUGMAN, Paul. Sympathy for the luddites. **The New York Times**, New York, 13 june 2013. Disponível em : <<https://www.nytimes.com/2013/06/14/opinion/krugman-sympathy-for-the-luddites.html>>. Acesso em: 05/04/2018.

NORTH, Gary. **The luddites among us**. Disponível em: <<https://www.garynorth.com/public/10634.cfm>>. Acesso em: 06/03/2018.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 3º ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REINACH, Fernando. O começo da desigualdade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Caderno Metrópole, pág. 22, 09 dezembro 2017.

RESENDE, André Lara. Da escassez absoluta à relativa: riqueza, crescimento e desigualdade. In: **Devagar e Simples**: economia, Estado e vida contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VOLTAIRE. **Dictionnaire philosophique**. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

WOODHILL, LOUIS. The war on poverty wasn't a failure. It was a catastrophe. **Forbes**. 19 mar 2014. Disponível em:



<https://www.forbes.com/sites/louiswoodhill/2014/03/19/the-war-on-poverty-wasnt-a-failure-it-was-a-catastrophe/#553d8b186f49>. Acesso em: 02/04/2018.

ZEIDAN, Rodrigo. Fintechs na China, carteira para quê? **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mercado, página 19, 24 de março de 2018.